

Saúde social: diversidade, inclusão, resiliência

Social health: diversity, inclusion, resilience

■ Mary Rangel e Treyce Ellen Silva Goulart

Resumo

Este artigo decorre da pesquisa sobre “Saúde social, diversidade, inclusão e resiliência”, implementada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, com apoio da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e propõe-se a fundamentar argumentos que sustentem e consolidem a concepção ampla de saúde e seus fatores sociais, com atenção ao reconhecimento do valor sociocultural da diversidade, da inclusão e da resiliência. Reveem-se, então, na base teórica, aportes da exclusão, que fundamentam a sua compreensão como fator que traz prejuízos consideráveis à sociedade, constituindo-se, dessa forma, em “vírus sociais”. Como reação a esses “vírus”, considera-se a resiliência, enquanto atitude pessoal e social de enfrentamento e superação de traumas. Do ponto de vista metodológico, trata-se de um estudo argumentativo com base teórica e conceitual.

Palavras-chave:

Saúde Social; Diversidade; Inclusão; Resiliência.

Abstract

This article is the result from the research on “Social health, diversity, inclusion and resilience”, implemented in the Post-Graduation Course in Medical Sciences of the State University of Rio de Janeiro / UERJ, with the support of the Postgraduate and Research Sub-Rector, and proposes to base arguments that consolidate the broad concept of health and their social factors, with attention to the recognition of the sociocultural value of diversity, inclusion and resilience. Have been reviewed on the theoretical basis, contributions of exclusion, which base their understanding as a factor that brings considerable losses to society, thus constituting “social viruses”. As a reaction to these “viruses”, resilience is considered as a personal and social attitude of coping and overcoming traumas. From the methodological point of view, this is an argumentative study with theoretical and conceptual basis.

Key-words

Social Health; Diversity; Inclusion; Resilience.

Introdução

Este artigo resulta da pesquisa sobre “Saúde social, diversidade, inclusão e resiliência” (RANGEL, 2018), implementada no Curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, sendo apoiada pela Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e recebido duas Bolsas de Iniciação Científica, concedidas pela UERJ/CNPq.

O problema que justificou o enfoque temático da investigação decorre, basicamente, de processos excludentes, que ainda persistem prejudicando as relações e dificultando, não só a convivência, como a valorização das diferenças, desconhecendo o muito que podem acrescentar, não só à vida em sociedade, como a aprendizagens significativas, do ponto de vista sociocultural e político.

Essa persistência de práticas discricionárias, apesar da vasta literatura crítica crescentemente produzida, ainda pode ser observada nos anos 2000, baseada na imposição de padrões únicos e superiores de ser e expressar-se social, política e culturalmente. Essa imposição e as consequentes discriminações afetam, não só os indivíduos, como a sociedade, com efeitos mútuos e recorrentes.

E assim, as diferenças, não só não são aceitas, como são punidas. Esse movimento repressivo, tanto implica em desigualdades de tratamento nas relações sociais, como implica na desconsideração a direitos humanos, ao mesmo tempo em que traz consequências significativas à sociedade, promovendo e acentuando tensões, associadas à subalternização e exclusão de indivíduos e grupos, prejudicando a qualidade de vida.

São perversos os efeitos da discriminação pessoal e coletiva de pessoas cujas distinções étnico-raciais, religiosas, de gênero e sexualidade, além de outras, não atendem a critérios hegemônicos, pré-estabelecidos e preconceituosos, de modelagem sociocultural. Esses efeitos traduzem-se em diversos tipos e formas de exclusão social, justificadoras de violências, sejam físicas, sejam simbólicas.

Ressalta-se, portanto, a importância de discutir circunstâncias de exclusão, devidas a características socioculturais e identitárias, como também suas consequências na saúde e bem-estar dos sujeitos, tornando-se ainda oportuno considerar, nessas situações, atitudes resilientes, de enfrentamento, recomposição, prosseguimento da vida e da realização de objetivos, enfim, atitudes de reação a processos preconceituosos e excludentes que, afetando os sujeitos e as relações, constituem-se como “vírus sociais”. Consequentemente, também, é importante considerar, nas representações sociais, a veiculação de estigmas e preconceitos, que constituem as origens desses “vírus”.

Desse modo, nesse conjunto de considerações iniciais, procurou-se fundamentar o problema e, a partir dele, o sentido de “vírus sociais” e “saúde social”, que inspirou os aportes deste artigo, em cuja estrutura contemplam-se significados e processos virais de exclusão e discriminação, com referências a autores que auxiliam os argumentos, seguindo-se aportes referidos à resiliência, no segmento sobre “Resiliência: vertente pessoal e social de investigações” e à teoria de representações sociais, que auxilia a compreensão da origem de preconceitos e estigmas que, embora equivocados, podem gerar atitudes de discriminação e abuso.

Chega-se, então, às considerações finais, consolidando-se os argumentos e, também, nesse sentido, lembrando-se a pesquisa sobre o estado da arte da produção brasileira sobre diversidade sexual na educação e na escola. A menção a essa pesquisa, que foi implementada com apoio do CNPq, concluída em 2017, finaliza este artigo, complementando e corroborando seus argumentos, ressalta também a importância da continuidade de investigações nesse âmbito temático de expressiva relevância sociocultural e política.

Exclusão e discriminações: vírus sociais

Quando se trata da inclusão/exclusão, é oportuno considerar a tese de Freitas (2010), que auxilia a compreender mais amplamente esses processos, abordando-os de forma dialética. Na abordagem da dialética inclusão/exclusão, o autor realça o entendimento de que, para compreensão desses processos e o enfrentamento da exclusão, é necessário percebê-los de modo mais abrangente, em seu alcance e ocorrências.

“Em meu entender, a luta pela inclusão” requer compreendê-la em relação ao alcance amplo do processo excludente, em suas várias circunstâncias (FREITAS, 2010, p. 17). O princípio de que, para enfrentar a exclusão é preciso compreendê-la como processo que ocorre em várias circunstâncias, é também adotado neste estudo, acrescentando-se que a compreensão ampla da exclusão e seu enfrentamento (associados ao empenho acadêmico, social e político em decisões e movimentos pela inclusão, justiça e autonomia dos sujeitos, respeitando-se suas diferenças socioculturais), requerem a sua abordagem dialética e a sua percepção no contexto mais abrangente em que se situam: o da diversidade, entendida como contexto no qual as diversas formas de ser e estar no mundo se expressam, acrescentando seus valores, sua cultura.

Contudo, observando-se análises, como as de Bhabha (2007) e Skliar (2003), ressalva-se que não se entende ou propõe o acolhimento à diversidade como subalternização do “outro”, do “diferente”, ou como “forma de colonização”, mas sim garantindo-se seus direitos à vida cidadã e, nesse sentido, a sua efetiva participação nas decisões políticas e a sua afirmação como sujeitos sociais. É nesse sentido que se assume, como princípio e perspectiva deste estudo, a reivindicação do reconhecimento do valor social da diversidade, em seus vários contornos culturais.

Nessa mesma perspectiva, concorda-se com a premissa de que o processo dialético de inclusão/exclusão “[...] envolve o homem por inteiro e suas relações com os outros” (SAWAIA, 2001, *apud* FREITAS, 2010, p. 17). A exclusão, portanto, se dá por vários processos e manifestações, a exemplo, entre outros, da xenofobia, da homofobia, do antagonismo étnico-racial. Esses processos também estão subjacentes ao abuso, cuja discussão tem se incrementado nos estudos acadêmicos, com especial ênfase nas áreas de educação, sociologia, psicologia e direito.

Exclusão e abuso afetam, sobretudo, o “bem-estar subjetivo”, que inclui, segundo Rangel (2013; 2017), autoestima, autoaceitação, autodeterminação, relações sociais positivas, orientadas pelo respeito, qualificação e acolhimento, superação de medos, opressões e fatores de tensão que prejudicam a tranquilidade e a saúde.

Qualquer nível de abuso, seja a ironia, ou desrespeito, causa desconforto e estresse, afetando o bem-estar, o que reforça e consolida o seu entendimento como “vírus sociais”. O *bullying* se agrega, seja como causa, seja como consequência, a esse “vírus”, hoje potencializado pelo que se entende como *cyberbullying*, ampliado em seus processos e efeitos pelo uso das redes sociais (RAMIREZ, 2011).

As perturbações, o desconforto psicossomático, provocados ou acentuados por qualquer tipo de *bullying*, são compreendidos como efeitos psíquicos decorrentes de opressões que tensionam os sujeitos, causando estresse e afetando a saúde.

Salovey *et al.* (2000) reúne estudos sobre estados emocionais e saúde física, que apontam os efeitos do estresse nas funções cardiovasculares e no sistema imunológico. Esses efeitos constituem reações psicossomáticas, podendo-se até mesmo entendê-las como expressões silenciosas do corpo, que podem se associar, inclusive, à frequência com que o indivíduo submetido a estresse pode ter inibida a sua capacidade de expressão por palavras ou ações, prejudicando ou inibindo sua autenticidade.

Observa-se, então, que as emoções afetadas pelo estresse podem ser de natureza hipotônica, relacionada aos seus efeitos em sobressaltos, medo, depressão, ou de natureza hipertônica, relacionada a revolta, raiva, ansiedade. Nas emoções hipertônicas, a tensão concentrada é extremamente exaustiva. Esses argumentos justificam, portanto, considerar que a exclusão e suas consequências em abusos possam ser compreendidos como **vírus sociais**.

O conceito de “abuso”, cuja ampliação de sentido passa a ser mais reconhecida a partir dos anos 90, encontra, nesses anos, em autores como Silver e Gliken (1990, p. 527), uma definição de maior alcance, referindo-se a “atos ou palavras negativas, desnecessárias e evitáveis, infringidos por uma pessoa a outra ou outras”.

É oportuno, então, voltar a Costa (2003) quando, recorrendo ao dicionário de Ferreira (1999), compara o sentido literal de abuso e de maus-tratos, para observar que o termo abuso inclui “[...] prevalecer-se de, aproveitar-se de, praticar excessos que causam ou podem causar dano”, assim como o uso de palavras para desqualificar, ridicularizar, fazer zombarias, injúrias [...], “usar mal ou inconvenientemente de qualquer situação de superioridade de que se desfruta” e exceder-se em limites que ultrapassam o respeito pelo outro. Quanto a “maus-tratos”, a autora toma como referência a caracterização como “crime” de quem expõe a perigo a vida e a saúde de outra pessoa (FERREIRA, 1999 *apud* COSTA, 2003, p. 16).

Nesse enfoque conceitual, observa-se que o sentido de “maus-tratos” possui uma conotação específica, associada a uma possível lesão física. Quanto à conotação de “abuso”, inclui agressões que, mesmo se não atingirem o corpo, vão ferir a sensibilidade, as emoções, a autoestima. Esse é o caso de atitudes excludentes, que desrespeitam o outro, por considerá-lo diferente, e esse desrespeito pode causar, até mesmo, transtornos ou desconforto emocional, podendo traduzir-se em manifestações psicossomáticas.

Nessa perspectiva, enfatiza-se a consequência de desconsideração ou ironia, que podem ser tanto ou mais traumáticas e de efeitos tão ou mais profundos do que a lesão física, no aspecto de que as cicatrizes poderão ser mais permanentes e os cortes mais profundos, porque atingem a alma, a valorização pessoal, a autoconfiança e a confiança no outro. O pensamento e as relações ficam prejudicados pelo constrangimento, por um possível sentimento de culpa, ou mesmo pelo medo, pelos bloqueios à autoaceitação, devidos a injúrias e discriminações, oportunidades negadas, palavras pejorativas, olhares maliciosos.

Ainda, nos anos 90, em que se acentuam as atenções ao *bullying* e seus efeitos, vale retomar o estudo de Richman *et al.* (1992) sobre abusos sofridos por estudantes de ensino superior, constatando efeitos psicopatológicos visíveis e mensuráveis. Os estudantes que sofreram episódios abusivos apresentaram uma tendência significativamente maior a sintomas de depressão e ao uso de bebidas alcoólicas. Nesse mesmo estudo, encontrou-se uma frequência maior de abusos verbais, pelo uso de ironias, sarcasmos, ou diversas formas de agressões ou desqualificações por palavras, expressões, olhares depreciativos, ou ainda, formas de evitar a companhia do “outro” que é depreciado.

Com análises especialmente sensíveis, encontra-se o estudo de Ramirez (2011), no qual se aborda a importância do apoio da família, fazendo-se uma distinção interessante entre ser alvo, ou vítima de *bullying*. “Podemos ser alvo, mas ser vítima depende de nossa permissão” (p. 18). Se for aceito esse entendimento, pode-se também aceitar que os abusos terão maior ou menor efeito sobre a pessoa, de acordo com a forma como forem interpretados, pois no processo de interação não conta apenas o evento real, ou o fato em si, mas a maneira como foi compreendido ou recebido. O abuso é dimensionado na relação de quem o faz e quem o recebe. Para maior compreensão desse aspecto, uma das alternativas de investigação é a que se encontra nos estudos sobre resiliência, procurando-se entendê-la, segundo Ralha-Simões, 2017, não só na perspectiva de resistência e reação pessoal, como na de resistência e reação social a problemas estruturais, de contexto, que prejudicam a qualidade de vida e os direitos humanos a essa qualidade.

Resiliência: vertente pessoal e social de investigações

A resiliência traz à proposta do estudo sobre saúde social duas vertentes significativas de investigação: a da condição pessoal de superação de circunstâncias traumáticas e a da possibilidade de usar essa condição em favor do enfrentamento de fatores de exclusão e abuso que afetam a vida social.

Nas formulações originais da teoria da resiliência em Cyrulnik (2001), encontra-se a abordagem de fatores que contribuem à consideração de processos grupais, coletivos (e não apenas individuais) de atitudes resilientes.

Não somos senhores das circunstâncias que plantam em nossas almas o sentido que atribuímos às coisas. Resta-nos, porém, um pouco de liberdade quando agimos sobre a cultura a fim de que os feridos possam retomar um neodesenvolvimento resiliente (CYRULNIK, 2001, p. 14).

Henderson e Milstein (2005, p. 27) colaboram à consideração da vertente pessoal e social de investigação da resiliência quando, em seus subsídios à construção teórica e conceitual, focalizam “[...] características pessoais e ambientais que diminuem o impacto negativo das situações e condições estressantes”. Nessa proposta de consideração a fatores de saúde social, pretende-se investigar na resiliência condições e circunstâncias que possam agregar iniciativas e contribuições sociais.

Yunes e Szymanski (2001) também colaboram às vertentes pessoal e social de investigações da resiliência, quando observam, no sujeito, as condições de flexibilidade e reflexão sobre si mesmo, associadas à ação sobre fatos e circunstâncias no seu entorno, geradoras de tensões e perdas. Nesse sentido, encontram-se argumentos que endossam o interesse na vertente social de estudo da resiliência.

Nos anos 80, Grotberg (1985; 2006) já abordava a mesma perspectiva, ressaltando, nas atitudes resilientes, a resistência, superação, persistência, foco em objetivos. A força de transformação, com possíveis efeitos sociais, é também sinalizada por Tavares (2001), quando observa, no significado de resiliência, a condição de “[...] resistir sem partir, no sentido de desmobilizar todo o potencial de seu ser, querer mudar, transformar e, porventura, transmutar as situações, mais ou menos adversas, para melhor” (TAVARES, 2001, p. 21).

Assim, Tavares (2001) se associa a estudos como os de Cyrulnik (2001), Yunes e Szymanski (2001) e Grotberg (1985; 2006), aos quais se agrega também a discussão de Ralha-Simões (ORG, 2018), cujos aportes referendam, na compreensão da resiliência, a superação e enfrentamento, por indivíduos ou grupos, de situações e fatores adversos à qualidade de vida, em nível pessoal e social. Com esse objetivo, Simões (2018, p. 2), situa a resiliência como parte dos “novos olhares face aos desafios do nosso tempo”, considerando-a também como perspectiva promissora de futuro e como conceito interdisciplinar em construção, que se realiza em nível pessoal e social, referido a processos e atitudes de enfrentamento e superação de traumas e intempéries que se apresentam ao longo da vida, embora não garantindo que sejam esquecidos. Nos fatores de origem de traumas, destacam-se preconceitos e estigmas, cuja discussão tem sido feita com fundamentos da Teoria de Representações Sociais.

Representações Sociais, estigmas e preconceitos

As representações sociais têm caráter simbólico, significativa, e possibilidade de influir na ocorrência dos fatos, de acordo com a maneira como se representam. Ao discutir a relação entre percepção e conceito, Moscovici (1978, p. 57), autor da Teoria de Representações, observou que eles “se engendram, reciprocamente” e, dessa forma, incorporam-se às representações. Nesse sentido, considera-se que “representar um ser” é o mesmo que “levá-lo à consciência, e assim, “representar alguma coisa e ter consciência de alguma coisa dá no mesmo, ou quase”.

Ainda quanto ao conceito, aponta-se a sua vinculação à imagem, na expressão de representações. Conceito e imagem apresentam-se como “duas faces” de uma mesma “folha de papel” (MOSCOVICI, 1978, p. 65). É com esse entendimento que Moscovici observou na representação a face figurativa – a imagem – e a face simbólica, ou seja, o conceito.

Na formação de imagens se dá a concretização de conceitos. Nos anos 80, Ibanez (1988) já afirmava: “las imágenes ayudan a que las personas se forjen una visión menos abstrata del objeto representado [...]” (p. 48). Ocorre, portanto, uma “percepção” mais concreta do objeto.

Assim, além de constituir-se a partir de percepções da realidade (veiculadas pela interação e comunicação social) as representações também influem na constituição do real, na medida em que as percepções consubstanciam-se em ideias, expressas em conceitos e imagens, que podem determinar estigmas e preconceitos, orientando comportamentos, comunicações e relações humanas e sociais.

A compreensão desse processo requer, também, o reconhecimento de que as representações constituem, concomitantemente, estímulos e respostas sociais. Assim, as representações tanto podem receber influência, como influir na organização dos grupos e na configuração e avaliação de condutas e papéis dos indivíduos que os compõem.

A comunicação é “modeladora” das representações, tanto quanto as representações podem interferir no seu conteúdo e até mesmo no seu vocabulário. Essa interinfluência favorece o compartilhamento de conceitos, visões, critérios pelos quais se julgam as “condutas desejáveis ou admitidas” (MOSCOVICI, 1978, p. 50).

O compartilhamento de ideias nos grupos sociais conduz a concepções e avaliações comuns, com significativa possibilidade de se tornarem estáveis e ancoradas no pensamento, nas crenças, expectativas, atitudes, ações e relações sociais. Esses referentes de análise permitem sintetizar as conclusões sobre representações sociais e estigma, articuladas à violência.

Assim, os conceitos e imagens representados vão sendo aceitos, naturalizados, considerados verdadeiros, embora sejam apenas representações. Muitos dos preconceitos, dos estigmas, das exclusões de pessoas, decorreram desse processo e dos equívocos que ele pode gerar. O confronto das representações com a realidade, quando submetido a uma análise crítica e fundamentada, pode demonstrar esses equívocos.

Quando se discute violência, como fator de ameaça à vida, não se pode omitir ou dispensar a discussão de preconceitos que podem gerá-la. Esse, sem dúvida, é o caso dos preconceitos e estigmas, que geram exclusão, ironia, indiferença, discriminação.

A construção, aceitação e divulgação dos preconceitos e dos estigmas já são, em si, processos violentos, que geram violência. Essa construção é realizada por homens, seres pensantes, capazes de raciocínio, mas também, de intenções de classificar e rotular. É preciso, portanto, compreender melhor os efeitos dos estigmas e preconceitos, entendendo que os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de ideias pré-concebidas, cristalizadas.

Os atributos ou características que justificam os estigmas são previamente avaliados, com pouca ou nenhuma oportunidade de análise crítica e consciente, que os associe às circunstâncias reais da vida e das relações sociais. Conseqüentemente, os preconceitos são inflexíveis, rígidos, móveis, prejudiciais à discussão, ao exame fundamentado e à revisão do que está pré-concebido.

Os que constroem ou aceitam preconceitos, constroem e aceitam estigmas. Ambos – preconceitos e estigmas – promovem e naturalizam palavras ou ações violentas. Por conseguinte, essa construção pode ser a origem e o início da violência.

Sabe-se que a violência não se define somente no plano físico; apenas a sua visibilidade pode ser maior nesse plano. Essa observação se justifica quando se constata que violências como a ironia, a omissão e indiferença não recebem, no meio social, os mesmos limites, restrições ou punições que os atos físicos de violência. Entretanto, essas “armas” de repercussão psicológica e emocional são de efeito tão ou mais profundo que o das armas que atingem e ferem o corpo, porque as “armas brancas” da ironia ferem um valor precioso do ser humano: a auto-estima.

A desconstrução do preconceito e do estigma encontram-se nas análises críticas e situadas que encaminham novos significados, ou seja, que argumentam e apoiam ressignificações. Dessas ressignificações podem surgir novos conceitos, mais reais, mais consistentes, mais abertos e flexíveis e, portanto, mais humanos.

As novas ressignificações por uma vida, uma convivência e uma consciência social mais inclusivas requerem, sobretudo, atitudes que assumam um dos princípios mais expressivos dos tempos contemporâneos: a valorização das diferenças.

Mais uma vez recorrendo à análise crítica e fundamentada, que aproxima visões e consciências das circunstâncias reais da vida, observa-se que cada indivíduo é singular, é diferente, é único em suas características; respeitá-lo, qualificá-lo, valorizá-lo não é uma concessão, mas sim um direito; esse direito é social, é político, é de cidadania.

Desse modo, o que se pondera nessas reflexões é, sobretudo, a proposta de superação de preconceitos em favor de avanços no sentido de palavras e atitudes de inclusão e de respeito à vida no seu significado social pleno, inerente a valores, direitos e deveres que garantem a dignidade de ser humano e cidadão.

Considerações finais

A diversidade tem muitas expressões socioculturais e identitárias a serem respeitadas em sua autonomia, em seus direitos políticos, em suas subjetividades, em sua liberdade de enunciação e narração de sua história, sua cultura. Realçam-se, portanto, na concepção da diversidade considerada neste estudo, os princípios de afirmação do “outro”, sem impor-lhe padrões socioculturais hegemônicos, mas respeitando-se os valores de liberdade, justiça e equidade no convívio com as diferenças. Sempre preservando esses princípios e seus fundamentos de análises amplas, que associam teorias a dados concretos de fatores e práticas, enfatiza-se, sobretudo, que “a diversidade não se refere ao “outro”, de menor valor, mas a todos, de igual valor, em suas semelhanças e diferenças” (RANGEL, 2017b, p. 11).

Quanto à diversidade de natureza cultural inclui, em sua amplitude de considerações, elementos de hábitos, linguagens, condutas, valores, além de outras aproximações, como as que se

fazem sobre a maneira de ser, estar e realizar no mundo, como as dos povos de diversos continentes e, em cada um, dos diversos países, enfim, as diversas culturas e suas manifestações identitárias. A globalização e a heterogeneidade, os acordos e os conflitos, a opressão hegemônica e a preservação da autonomia dos povos são algumas das questões na gama das que demonstram a complexidade das tensões suscitadas nesse campo de diversidade de culturas e suas implicações em fatos e fatores que se acirram especialmente no âmbito sociopolítico (MARQUES, 2000; HALL, 2005).

E nesse percurso pela literatura, procurando-se aportes que possam exemplificar vários sentidos e visões da vida e do mundo plural, chega-se à diversidade que se encontra nas expressões identitárias, ressaltando-se, com Hall (2005), a premissa de que as identidades são passíveis de transformação de acordo com suas representações e interpelações nos contextos culturais. Com essa premissa, consideram-se as expressões de gênero e suas questões relativas aos papéis da mulher, do homem, questionando-se demarcações do lugar feminino e masculino na sociedade, admitindo avaliações desiguais e a supremacia do masculino sobre o feminino, assim como de padrões heterossexuais excludentes e violentos, ainda presentes em alguns contextos das relações de família e de trabalho, em vários países e culturas (RANGEL, 2013; SANTOS, 2006). É relevante, portanto, que essas demarcações sejam submetidas à análise crítica, social, histórica e culturalmente contextualizada. Autores como Junqueira (2015) e Hruschka; Maio (2015), entre outros, corroboram essa relevância.

Essa discussão é essencial e, mesmo reconhecendo-se os limites do alcance de estudos que constituíram suas referências, acredita-se nas suas contribuições à atenção aos “vírus sociais”, que contaminam as relações, e a seus possíveis efeitos em discriminações das diferenças socioculturais e identitárias na saúde do corpo orgânico e social. Desse modo, as questões sensíveis do processo dialético inclusão/exclusão, assim como as perspectivas individuais e sociais de reação que se encontram na resiliência, constituem, no seu conjunto e nas suas interfaces e intercorrências, fundamentos e ênfases deste estudo.

Vale, então, lembrar que nos anos de 2012 a 2017 foi implementada a pesquisa sobre o Estado da Arte da diversidade sexual na educação e na escola no Brasil, implementada com apoio do CNPq. A metodologia foi recorrente à revisão sistemática, podendo-se compreendê-la como fonte de referências e evidências do estado da arte, particularmente contributivas a novos estudos. Essa pesquisa corrobora e complementa os argumentos da discussão de “saúde social”.

Foram objeto de revisão as Dissertações, Teses e Artigos sobre diversidade sexual na educação e na escola, publicados a partir de 2000, até 2015, quando se concluiu a etapa de consulta às bases digitais e deu-se início às análises integrativas, comparativas dos estudos obtidos.

De acordo com os critérios de inclusão e exclusão de estudos, foram, portanto, incluídos aqueles concernentes à produção brasileira de Dissertações, Teses e Artigos sobre diversidade sexual na educação e na escola, publicados em língua portuguesa, no período de 2000 a 2015. Na busca que foi feita nas bases digitais, foram empregadas as palavras-chave: “diversidade sexual, educação, escola”, “identidade sexual, educação, escola”, “homofobia, educação, escola”, “gênero e sexualidade, educação, escola”, “opção sexual, educação, escola”; “orientação sexual, educação, escola”. Utilizou-

se a expressão “termos exatos”, recomendada na pesquisa de revisão sistemática, no interesse de evitar dispersão na seleção do foco temático dos estudos.

Foram excluídos, então, os estudos que não eram concernentes à produção brasileira, não foram publicados em língua portuguesa e que estiveram fora do período da revisão, assim como estudos cujos focos temáticos não correspondiam ao dos “termos exatos” da seleção.

As bases digitais que constituíram as fontes de busca foram:

- Portal Domínio Público da CAPES;
- Portal Periódicos CAPES;
- Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/Bdtd, integrada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia/IBICT;
- Scientific Electronic Library Online – SciELO;
- Portal Zappiens.br

Duzentos e trinta e oito publicações foram disponibilizadas nessas bases, sendo cento e vinte e uma Dissertações e Teses e cento e dezessete Artigos sobre diversidade sexual, com problematizações referidas ao contexto educacional da escola, ressaltando-se, entretanto, as dificuldades que se apresentam aos Programas e às Bibliotecas, relativas à alimentação das bases e aos planos estratégicos para difusão das informações, não podendo-se, portanto, assegurar o alcance completo de toda a produção nesse período, mas sim de um número significativo à compreensão de traços que, na sequência das publicações, têm se mantido, trazendo evidências do delineamento do estado da arte, podendo-se identificar, no encaminhamento e resultados da pesquisa, aportes comuns e predominantes que responderam às indagações feitas e ao propósito de delinear o estado da arte da diversidade sexual no âmbito da educação e da escola.

Os resultados trouxeram dados especialmente relevantes, não só para desvelar elementos de um cenário de pesquisa, como para responder a algumas indagações, a exemplo das que se apresentam a seguir, acompanhadas das respostas.

- Em que regiões do Brasil encontram-se Dissertações e Teses sobre diversidade sexual e em quais encontra-se, no período de busca, a maior e menor concentração?

Em todas as regiões encontram-se Teses e Dissertações sobre questões LGBT, demonstrando que esse campo teórico tem suscitado preocupações em todo o país, podendo-se observar, no período do levantamento feito e ressaltando as limitações metodológicas da pesquisa, que a maior concentração de Dissertações e Teses foi, pela ordem, nas regiões Sudeste, Sul e Nordeste, seguidas das regiões Norte e Centro Oeste.

- Que recomendações são semelhantes em estudos teóricos e em empíricos?

As recomendações são, sobretudo, no sentido da continuidade de pesquisas e do enfrentamento, de modo mais real e enfático, de ações em prol do esvaziamento de estigmas e ações

preconceituosas, especialmente nas instâncias formadoras de valores e de ênfase em direitos humanos, como é o caso da escola, em todos os níveis, do fundamental ao superior.

- Na polissemia de termos usados nas pesquisas, quais são predominantes e quais os de menor recorrência, considerando os que têm suscitado especial atenção, seja para críticas, como identidade sexual, homossexualidade, homoafetividade, heteronormatividade, opção sexual, orientação sexual, travestilidade, transexualidade, seja para confirmação e consolidação, a exemplo do enfoque de diferenças, em lugar de diversidade?

Encontraram-se, predominantemente, os termos diversidade sexual, homossexualidade, homoafetividade, heteronormatividade, identidade sexual e diferenças sexuais. Observa-se, portanto, que se mantêm, apesar das críticas, termos como diversidade sexual, homossexualidade, identidade sexual. Diferenças e sexualidades são também encontradas e são percebidas de maneira positiva nas referências desse campo de estudos.

- Que aspectos do cotidiano da escola, associados à discussão de implicações da diversidade sexual, são predominantemente focalizados nas Dissertações, Teses e Artigos?

Os aspectos do cotidiano da escola, associados a implicações da diversidade sexual, predominantemente focalizados nos estudos, são: educação sexual, exclusão social, inclusão social, preconceito, hábitos, relações sociais, currículo, formação de professores, intolerância, violência simbólica, imposição heteronormativa, projetos e atividades com foco anti-homofóbico, experiências pessoais de superação homofóbica bem sucedidas, histórico de vida dos sujeitos LGBT.

- Quais elementos, no conjunto de Dissertações, Teses e Artigos, podem sinalizar tendências de futuros estudos?

Os elementos que sinalizam tendências de futuros estudos são: (1) a consolidação da escola como *locus* de pesquisa de ações promotoras do respeito às diferenças sexuais, assim como de reações contrárias a essa proposta, evidenciadas de forma explícita, ou camuflada, no ambiente escolar; (2) atenção a questões referidas à convivência com lésbicas nesse ambiente; (3) discussão de políticas públicas de apoio à diversidade sexual; (4) revisões amplas de literatura analisada em seus aportes comuns e suas propostas.

- Como se percebem as contribuições dos estudos revistos no campo de discussão da diversidade sexual?

Pode-se perceber, predominantemente, nos estudos, contribuições no sentido de análises críticas, contextualizadas, de problemas referidos a reações implícitas em atitudes segregacionistas, encobertas por discursos de apoio às diferenças sexuais na escola e em outros ambientes sociais, assim como, no âmbito desses problemas e a eles associados, as diferenças entre o conteúdo e propostas desses discursos, inclusive os normativos, e práticas efetivas que promovam avanços reais, nos termos dessas propostas.

- No âmbito da delimitação metodológica da revisão sistemática (período, bases digitais, critérios de seleção e inclusão de estudos produzidos no Brasil) como se desenham, predominantemente, os elementos do estado da arte?

Sem absolutizar e, mais uma vez, observando a predominância de aportes, pode-se identificar no desenho do estado da arte: (1) o crescimento de Dissertações, Teses e Artigos no campo temático da diversidade sexual, com mais acento a partir dos anos 90 e 2000; (2) a permanência de preocupações com preconceitos, com especial atenção ao ambiente da escola; (3) a fundamentação crítica pautada em enfoques foucaultianos e em análises na perspectiva pós-estruturalista; (4) a opção metodológica por estudos documentais, históricos e estudos empíricos realizados através de indagações a sujeitos LGBT, docentes e alunos; (5) a constatação de que nos resultados predomina um saldo, ainda, de resistência heteronormativa, a par de avanços nas leis e nas relações sociais; (6) a presença de propostas de educação inclusiva e inclusão social, questionando-se processos arbitrários e excludentes; (7) abordagens de experiências de avanços na superação de preconceitos; (8) discussão crítica de termos como diversidade, inclusão, homoafetividade, orientação sexual, opção sexual, homossexualidade; (9) questionamento a classificações e segmentações de termos e conceitos como os que referem-se a homossexual *versus* heterossexual; (10) propostas de atualização de conteúdos e processos de educação sexual e, mais amplamente, de consideração à diversidade sociocultural na escola.

Finaliza-se, então, reafirmando que as questões da diversidade têm sido objeto de análises críticas, de modo, sobretudo, a desconstruir compreensões equivocadas e, não só “aceitar”, mas, principalmente, conviver com as diferenças, numa perspectiva de respeito e valorização social e política. Reafirma-se, desse modo, a importância de que essa valorização seja um dos objetos da formação pedagógica de professores e alunos, considerando-se que a sociedade democrática deva ser, por princípio e definição, essencialmente, inclusiva e emancipadora.

Referências

- BHABHA, H. K. et al. (2007). *A urgência da teoria: o estado do mundo*. Lisboa: Tinta-da-China, 2007.
- COSTA, L. S. M. da. *O abuso no curso médico e bem-estar subjetivo*. Tese (Curso de Doutorado em Psicologia Social) – Faculdade de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.
- CYRULNIK, B. *Resiliência: essa inaudita capacidade de construção humana*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- FERREIRA, A. B. de H. *Novo Aurélio Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- FREITAS, J. S. de O. *O tema da diversidade sexual na escola*. 2010. Tese (Curso de Doutorado em Educação) _ Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- GROTBERG, E. H. *Novas tendências em resiliência*. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- _____. *Fortaleciendo el espíritu humana*. La Haya: Fundación Bernard van Leer, 1985.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

- HENDERSON, N.; MILSTEIN, M. *Resiliência en la escuela*. Buenos Aires: Paidós, 2005.
- HRUSCHKA, J.; MAIO, E. R. Gênero e diversidade sexual: análise dos projetos político-pedagógicos das escolas públicas estaduais de Londrina, PR – Ensino Médio. *Revista Eletrônica de Educação*, v. 9, n. 1, p. 78-89, 2015.
- IBÁÑEZ, G. T. (Coord.). *Representaciones sociales: teoría e método*. In: *Ideologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Sendai, 1988.
- JUNQUEIRA, R. Temos um problema em nossa escola: um garoto afeminado demais. *Pedagogia do armário e currículo em ação. Educação e Políticas em Debate*, v. 4, p. 221-239, 2015.
- MARQUES, R. 2000. *Políticas de gestão da diversidade étnico-cultural*. Disponível em: <<http://www.brazilnet.com.br/contexts/brasilrevistas.htm>>. Acesso em 28 nov. 2000.
- MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zaar, 1978.
- RAIHA-SIMÕES, H. *Resiliência e desenvolvimento social*. Novas ideias para compreender as adversidades. Lisboa: Papa Letras, 2017.
- _____. (Org.). *Resiliência: novos olhares face os desafios do nosso tempo*. Faro, Algarve, Portugal: Edições Ex-Libris, 2018.
- RAMIREZ, C. *Bullying*. Eu sobrevivi. Aparecida: Ideias & Letras, 2011.
- RANGEL, M. (Org.) *A escola diante da diversidade*. Rio de Janeiro: WAK, 2013.
- _____. *Diversidade: um compromisso pedagógico da escola*. Rio de Janeiro: WAK, 2017.
- _____. *Estado da arte da diversidade sexual na educação e na escola*. (Curso de Pós-Graduação em Educação). Relatório final. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2017b. Pesquisa realizada com apoio do CNPq.
- _____. *Saúde social: diversidade, inclusão, resiliência*. (Curso de Pós-Graduação em Ciências Médicas). Relatório final de pesquisa. Faculdade de Ciências Médicas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2018. Pesquisa implementada com apoio da Sub-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.
- RICHMAN, J. A. et al. Mental health consequences and correlates of psychosocial well-being. *Journal of Personality and Social Psychology*, v. 57, n. 6, 1069-1081, 1992.
- SALOVEY, P. et al. Emotional states and physical health. *American Psychologist*, v. 55, n. 1, p. 110-121, 2000.
- SANTOS, M. P. dos. *Inclusão pela educação: gênero, etnia e juventude*. In: MELO, V.; TAVARES, C. (Orgs.). *O exercício reflexivo do movimento: educação física, lazer e inclusão social*. Rio de Janeiro: Shape, 2006, p. 226-240.
- SAWAIA, B. O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética inclusão/exclusão. In: _____. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.7-13.
- SILVER, H. A.; GLIKEN, A. D. Medical student abuse: incidence, severity and significance. *Journal of the American Medical Association*. v. 263, n. 4, p. 527-532, 1990.
- SKLIAR, C. *Pedagogia improvável da diferença*. E se o outro não estivesse aí? Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- TAVARES, J. *Resiliência e educação*. São Paulo: Cortez, 2001.

YUNES, M.; SZYMANSKI, H. *Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas*. São Paulo: Cortez, 2001.

Mary Rangel é Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, com aprofundamento de estudos em nível de Pós-Doutorado em Psicologia Social, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil; é Professora da Universidade Federal Fluminense/UFF, do Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ, Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Médicas. No Centro Universitário La Salle do Rio de Janeiro, é Editora da Revista Conhecimento & Diversidade.

Email: mary.rangel@lasalle.org.br.

Treyce Ellen Silva Goulart é Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense. É Pesquisadora do Grupo Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas.

Email: treyce.ellen@hotmail.com.